

## **Rádios comunitárias em áreas de conflito socioambiental na Amazônia: uma investigação científica em construção<sup>1</sup>**

Rosane Steinbrenner<sup>2</sup>

Brunella Lago Velloso<sup>3</sup>

Universidade Federal do Pará - UFPA

### **Resumo:**

Para buscar entender a dimensão e o papel que as rádios comunitárias podem desempenhar nos embates discursivos pelo desenvolvimento da região amazônica foi desenvolvido o projeto de pesquisa “Mídia Cidadã e Desenvolvimento Sustentável: mapeamento e análise de rádios comunitárias em áreas de pressão socioambiental na Amazônia”, aprovado em edital do CNPq e iniciado em janeiro deste ano. O presente artigo pretende discutir a problemática em questão e também apresentar dados quantitativos preliminares - de rádios comunitárias, projetos de hidrelétricas integradas ao Programa de Aceleração do crescimento (PAC) e Terras Indígenas (TIs) na região – os quais parecem já apontar a relevância de se investigar a relação entre mídia cidadã e desenvolvimento sustentável numa região onde são profundas as assimetrias entre os atores no campo do desenvolvimento.

**Palavras-chave:** Cartografia, rádios comunitárias, Amazônia, conflitos socioambientais

### **Introdução**

No mundo contemporâneo a centralidade discursiva determina a construção de sentidos que impõe pressupostos de como se deve pensar e agir no mundo. A efetiva participação dos cidadãos nos debates sobre temas de interesse público que afetem seu modo de vida e bem estar estão, portanto, cada vez mais condicionados à sua efetiva inclusão como sujeitos ativos numa esfera pública crescente e amplamente midiaticizada. Nesse sentido, democratizar a comunicação, ou promover seu uso plural e social como afirmam diversos autores da Comunicação (MARTÍN-BARBEIRO, 2003; WOLTON, 1995) e do Desenvolvimento (SEN, 2000; BARQUERO, 2002; TODOROV, 2012) é condição inequívoca para a participação da sociedade nos processos de governança, especialmente entre grupos tradicionalmente alijados do acesso a bens e direitos, situação mais

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Professora doutora da Faculdade de Comunicação (FACOM), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Coordenadora do projeto de pesquisa “Mídia cidadã e desenvolvimento sustentável: mapeamento e análise de rádios comunitárias em áreas de pressão socioambiental na Amazônia”, projeto apoiado pelo CNPq.

<sup>3</sup> Aluna de Graduação da Faculdade de Comunicação (FACOM)/ UFPA e bolsista do referido projeto.

gravemente explícita em regiões de escassez e isolamento, como é o caso da realidade de populações amazônicas afetadas historicamente por pressões socioambientais.

Os profundos desníveis de acesso à informação e a meios de comunicação na região, especialmente em suas áreas rurais, onde o isolamento é agravado por desafios naturais e distâncias geográficas, criam assimetrias escandalosamente evidentes entre quem define as regras do jogo e quem é afetado por elas. No que diz respeito à Amazônia, o que tem estado em foco nas últimas quatro décadas é a imposição de uma visão dominante e hegemônica sobre modelos de desenvolvimento a partir da exploração de seus recursos naturais, na qual os atores locais acabam excluídos como sujeitos de seu próprio desenvolvimento.

De forma ideal, tanto pela oralidade como forma primordial de comunicação em sociedades rurais quanto pelos princípios de uma comunicação alternativa, comunitária e popular, as rádios comunitárias tendem a ocupar um papel importante no processo de empoderamento e articulação dos interesses locais, bem como na construção de uma esfera pública mais plural, por meio do fortalecimento do processo discursivo de coletividades anterior ou tradicionalmente não incluídas como sujeitos da comunicação. A ocupação do espaço midiático em busca de visibilidade para seus discursos não é porém em si indicativo de que estejam em curso processos de construção da cidadania mediada pela mídia.

Para buscar entender a dimensão e o papel potencial que as rádios comunitárias podem desempenhar nos embates discursivos pelo desenvolvimento da região foi desenvolvido o projeto de pesquisa “Mídia Cidadã e Desenvolvimento Sustentável: mapeamento e análise de rádios comunitárias em áreas de pressão socioambiental na Amazônia”, aprovado em edital do CNPq<sup>4</sup> e iniciado em janeiro deste ano. O presente artigo pretende discutir a problemática em questão, mas também apresentar alguns dados preliminares que parecem já apontar a relevância de se investigar a relação entre mídia cidadã e desenvolvimento sustentável na Amazônia.

A *mídia cidadã* a qual se refere este estudo deve ser entendida como o meio comunicativo que se origina e/ou desenvolve-se como um projeto político-cultural capaz de promover cidadania na comunidade onde atua, sendo assim capaz de gerar consciência política e mudanças sociais na sua comunidade, seja ela geográfica ou movida por afinidades. Já o conceito de *desenvolvimento sustentável* é reconhecido como noção de caráter multidimensional, ou seja, que vincula o adjetivo “sustentabilidade” não só a sua

---

<sup>4</sup>Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico - Edital MCTI/CNPq/MEC/CAPES N o 18/2012 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas.

dimensão ambiental e econômica, mas também social e cultural (SACHS, 2005; VEIGA, 2004), tendo o “local” como palco central da territorialidade e a endogenia como vetor do desenvolvimento (BARQUEIRO, 2002) pressupondo, portanto, o protagonismo dos atores locais como fator central na construção de um desenvolvimento humano (SEN, 2000) local sustentável.

### **Etapas da investigação**

O objeto da investigação são *rádios comunitárias situadas em áreas de potencial conflito socioambiental na Amazônia Legal* ou Amazônia brasileira, o que inclui disputas por território ou pelo uso de recursos naturais, considerando-se grandes obras de impacto (em especial hidrelétricas pelo contexto e circunstâncias atuais) mas também Áreas de Proteção (com foco especial sobre Terras Indígenas e Territórios Quilombolas, grupos de histórica invisibilidade sobre decisões) na região amazônica. A meta é gerar uma cartografia sobre comunicação cidadã e desenvolvimento sustentável na região e assim produzir insumos para o fortalecimento da comunicação comunitária como espaço de contra-hegemonia midiática e consequente empoderamento de grupos locais nas decisões que afetem seu bem-estar.

Estão previstas duas etapas de coleta e análise de dados com metodologias distintas. Na primeira etapa da investigação, de caráter mais quantitativo, ou fase de mapeamento e identificação do cenário de pesquisa, em curso desde janeiro deste ano, são levantados e cruzados dados secundários 1) das emissoras comunitárias licenciadas pelo governo; 2) dos demais meios massivos de comunicação existentes em localidades dos Estados que formam a Amazônia Legal; 3) das Unidades de Conservação<sup>5</sup> e Terras Indígenas<sup>6</sup> criadas ou previstas e 4) das grandes obras de impacto (com foco inicial sobre hidrelétricas) em construção ou previstas na região amazônica.

Na segunda fase, de caráter exploratório e qualitativo a partir do estudo de caso (YIN, 1994), serão selecionados, a partir do mapeamento concluído na fase anterior, quatro casos de emissoras comunitárias licenciadas e em funcionamento em localidades amazônicas afetadas por situações de conflito socioambiental potencial ou em curso. O

---

<sup>5</sup> As Unidades de Conservação são áreas instituídas e geridas pelo poder público federal, estadual ou municipal. De acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC – Lei nº 9.985/2000), as UCs podem ser classificadas em dois grupos: de Proteção Integral e de Uso Sustentável. Por sua vez, cada grupo é subclassificado em diversas categorias, de acordo com o grau e o tipo de restrição de uso.

<sup>6</sup> As Terras Indígenas são territórios da União onde os indígenas têm direito à posse permanente e ao usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, de acordo com a Constituição Federal de 1988.

objetivo é verificar se e como - por meio, por exemplo, do acionamento de que fontes - estas emissoras estão produzindo informação sobre as situações de impacto socioambiental que afetam ou venham a afetar sua localidade ou região. Estaremos também identificando a partir da noção de *campo midiático* a posição dessas rádios comunitárias no jogo de forças no espaço público entre os atores envolvidos.

Nessa etapa, são basicamente duas as perguntas que a pesquisa buscará responder: i) As rádios comunitárias são capazes de comunicar eventos de interesse local, em especial sobre disputas ou conflitos por território ou uso de recursos naturais que afetem diretamente o lugar ou região onde estão sediadas e, em caso afirmativo, produzir outras versões dos fatos que não aparecem nos grandes meios ou na mídia comercial/tradicional? ii) Em caso positivo, quais as condições que permitem; e em caso negativo quais as condições que limitam ou impedem que emissoras comunitárias possam ser de fato um canal para a população organizada exercitar localmente uma comunicação plural, democrática e sustentável?

### **A região Amazônica: Amazônia Legal ou Amazônia brasileira**

A região amazônica ou Amazônia Legal<sup>7</sup>, como definida administrativamente nos anos 50 para fins de planejamento, inclui os Estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão. Área total que corresponde a sete vezes o tamanho da França (cerca de 5,2 milhões de km<sup>2</sup>), cerca de 60% do território brasileiro, e abriga uma população aproximada de 22 milhões de habitantes, grande parte concentrada nas capitais e cidades médias, altamente heterogênea étnica e culturalmente - dentre a qual ribeirinhos, centenas de grupos indígenas e mais de mil povoados quilombolas.

Dados da FUNAI (IBGE 2010) computam 204 grupos indígenas na Amazônia. Já o projeto Nova Cartografia Social Brasileira mapeou mais de mil comunidades quilombolas na Amazônia Legal. São 750 comunidades no Maranhão, mais de 400 no Pará, quase 100 no Tocantins e dezenas no Amapá e no Amazonas, além de Rondônia.

---

<sup>7</sup> Definida pela Lei 1806 de 1953 que criou a SPVEA (Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia) - definição que se mantém até hoje - a Amazônia Legal ou Amazônia Brasileira inclui os sete estados da região e mais o estado de Mato Grosso e parte do Maranhão (a oeste do Meridiano 44), num total de 773 municípios amazônicos, que representam 13,83% do total dos municípios brasileiros.

Quando se fala em “biodiversidade” e “Amazônia” os números são todos grandiloquentes e desenham a complexidade socioambiental que cerca a região. Abriga a maior reserva de água doce (um quinto do reservatório mundial) e a maior biodiversidade do planeta em termos de flora e fauna, distribuídas na maior extensão contínua de florestas tropicais, uma área de aproximadamente 5 milhões de quilômetros quadrados (UHL et al, 1997 apud VERÍSSIMO e BARRETO, 2004), mas é também a região com maior taxa absoluta de desmatamento no mundo (ALENCAR et al, 2004).

Assim, seja como reserva de uso presente ou de valor futuro (BECKER, 2004), é região com fortes contrastes de interesses que resultam em palco de disputas intensamente desiguais em torno do uso ou não uso de seus recursos naturais. A própria noção de *região* deve ser aqui entendida, segundo Bourdieu (1989), como representação socialmente construída que resulta de um jogo de poder que se dá por meio de “atos de percepção e de apreciação, de conhecimento e de reconhecimento em que os agentes investem seus interesses e os seus pressupostos” (p. 112), e que encontra suporte e abrigo nas práticas discursivas.

Historicamente a Amazônia tem sido pautada como fonte disponível de riquezas naturais para a solução de problemas externos – sejam eles lusitanos no passado distante; nacionais, a partir das políticas desenvolvimentistas do regime militar que se renovam na atualidade, ou globais, diante das noções de biodiversidade e sustentabilidade planetária (STEINBRENNER, 2008).

Tradicionalmente também, os discursos que constroem sentidos e visões sobre o que é a Amazônia e a quem suas riquezas naturais devem beneficiar têm sido pautados por modelos de desenvolvimento pensados “de fora pra dentro”, modelos de “modernização periférica” (SOUZA, 2003 apud STEINBRENNER, 2011), onde as populações locais permanecem excluídas da possibilidade de serem protagonistas nas escolhas que afetam o seu destino e bem estar.

### **Entre os campos da comunicação e desenvolvimento**

O campo em disputa sob foco central desta pesquisa, a partir da perspectiva da Teoria dos Campos Sociais de Bourdieu (1986) é de forma imediata o campo da comunicação, mais especificamente o sub-campo ou campo midiático, no qual as rádios comunitárias como meios alternativos se inserem, porém relacionado direta ou

indiretamente ao campo do desenvolvimento, na medida em que busca como referência e localização processos de intervenção que imprimam mudanças (e por conseguinte conflitos de interesse) na região pesquisada.

A teoria dos campos de Bourdieu (1986) se constitui, de forma ampla, numa sociologia do poder com alto teor explicativo do princípio da organização social. Qualquer sociedade, seria formada por uma pluralidade de espaços relativamente autônomos, denominados “campos”, entendidos como microcosmos dotados de sentido e regras próprias e capazes de definir modos específicos de dominação e, conseqüentemente, de resistência e reação.

No campo da comunicação, o que vale também para seu sub-campo midiático – o qual trataremos, por sua centralidade, como campo midiático - o que determina o poder e a legitimidade dos dispositivos em jogo é a capacidade de mobilização do espaço público, de colocar-se como esfera pública legitimada porque consentida e delegada pelos demais campos sociais e revelada pela audiência. Ou seja, são os próprios valores de mediação dos fluxos entre os demais campos que definem o campo da comunicação (RODRIGES, 1990; BOURDIEU, 1997). No campo midiático a diferença é que tal mediação entre diferentes atores de campos diversos (ou não) se dá de forma midiaticizada, ou seja, por meio de dispositivos tecnológicos.

No campo do desenvolvimento, por sua vez, a *decisão* é a lógica que define seu regime de funcionamento. Decisão de caráter político, porque diz respeito à capacidade de intervir e provocar mudanças no espaço público, afetando grupos humanos diversos numa determinada região. Da mesma forma que no campo midiático, o campo do desenvolvimento tem em sua natureza o fato de constituir-se como um palco de mediação entre diversos campos sociais. Nesse caso, pode ser entendido como um mega-campo, formado por diferentes atores em diversas escalas (local, regional, nacional, internacional), instâncias (pública e privada, governamental e não governamental) e oriundos de outros campos (campo político, campo econômico, campo jurídico, campo ambiental, campo cultural, campo dos movimentos sociais etc.), agindo e interagindo com o objetivo de alterar as condições ou meios de vida de determinada localidade ou grupo social, ainda que difiram quanto aos métodos utilizados e aos resultados pretendidos.

Nesse processo a comunicação desempenha papel altamente relevante, na medida em que a decisão em jogo se define a partir de um embate de agenda de interesses, determinada pela capacidade de imposição de uma certa visão dominante de mundo, visão

esta que se forma, influencia, confirma-se, multiplica-se ou se altera por meio da comunicação exercida cada vez mais no campo midiático.

### **Rádios Comunitárias: Comunicação Comunitária e Mídia Cidadã**

As rádios comunitárias devem ser entendidas como emissoras que “têm gestão pública, operam sem fins lucrativos e têm programação plural” (PERUZZO,1999, p. 252-253). Surgem nesse sentido com potencial estratégico na articulação de novos arranjos institucionais e (re)posicionamentos de grupos sociais no campo da comunicação e assim, por conseguinte, no campo do desenvolvimento da região. Elas são reconhecidas idealmente como meios de contra-poder, de expressão democrática e de pertencimento local (LEAL, 2007). Buscam, como afirma Peruzzo (2009) provocar a reinvenção de um modelo de comunicação de interesse público.

No Brasil, as rádios comunitárias, institucionalizadas no final dos anos de 1990 pela aprovação da Lei de Radiodifusão Comunitária (Lei 9.612/98), já superam numericamente (4.049) o número de emissoras comerciais (1.868 FMs; 1.641 OMs – MINICOM, 2012). Na Amazônia, cerca de 500 emissoras comunitárias já foram licenciadas pelo Ministério das Comunicações e em inúmeros casos, em especial em regiões mais isoladas, são elas o único meio local de comunicação existente. Única alternativa, portanto, com potencialidade para produzir informação sobre a realidade do lugar, promover a cultura local, gerar interação e abrir espaço para as manifestações e bandeiras sociais da comunidade.

Representam, dessa maneira, manifestação potencial de uma comunicação onde o popular se alia ao alternativo. Popular, nesse caso, querendo dizer “tornar possível a expressão das aspirações e expectativas coletivas produzidas por e desde os grupos sociais de base” (CANCLINI, 2008, p.159), enquanto alternativo se referindo a uma posição crítica e criativa de contra-hegemonia midiática.

### **Pressões socioambientais: desenvolvimentismo de alto impacto**

O desenvolvimentismo, modelo inspirado pelas teorias da modernização, centrado numa ação política ativa do Estado como regulador e orientador do desenvolvimento nacional (MOTA, 2001), independente do estilo e da vertente ideológica, tem sido a tônica dos governos brasileiros desde Vargas até hoje, com profundas marcas sobre a Amazônia. A colonização dirigida na Amazônia implantada pelos militares sem consulta ou

reconhecimento das populações nativas, com a abertura de rodovias e a migração de milhares de famílias para a região, é um exemplo bem acabado do modelo desenvolvimentismo discricionário e de alto impacto promovido pelo Estado (HALL, 1991; MORAIS, 2003; MONTEIRO DA COSTA, 2003; STEINBRENNER, 2011). Assim também a construção da hidrelétrica de Tucuruí, concluída em 1984, e de Belo Monte, em processo de construção, ambas no Pará.

Atualmente, tanto o PAC<sup>8</sup>, Programa de Aceleração do Crescimento do governo federal - do qual fazem parte os projeto de Belo Monte e da bacia do Tapajós - quanto regionalmente a IIRSA<sup>9</sup> - Iniciativa de Integração da Infraestrutura Sul- Americana, têm em seu “DNA” as marcas evidentes do modelo de desenvolvimento dinâmico de alto impacto.

Os investimentos planejados no âmbito do PAC incidirão significativamente na reestruturação dos territórios, evidenciando ainda mais claramente a disputa pelo acesso e uso desses territórios e de seus recursos naturais, foco de interesse por parte de grandes empresas mineradoras, agroindústrias exportadoras, farmacêuticas, madeireiras, de energia e de biotecnologia, entre outras - a chamada valorização da natureza pelo capital.

Por outro lado, estudos recentes realizados pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC) e disponível no Observatório dos Investimentos na Amazônia<sup>10</sup> evidenciam que as grandes obras previstas provocarão grandes transformações nos modos de vida e nos territórios onde vivem populações tradicionais e povos indígenas na região. Das 82 obras de transporte para a região, ao menos 43 projetos financiados pelo governo federal provocarão mudanças irreversíveis nos territórios onde vivem pelo menos 30 povos indígenas na Amazônia. Outro estudo feito em 2007 pela ONG Conservação Internacional (CI-Brasil), afirma que quase metade da área das unidades de conservação do país poderia ser afetada diretamente por projetos de infraestrutura nacionais e intercontinentais, como do PAC e IIRSA, a maior parte na Amazônia brasileira.

Num ensaio publicado no Boletim do Museu Emílio Goeldi de dezembro do ano passado, o jornalista Lucio Flavio Pinto indaga já no título: “De Tucuruí à Belo Monte: a

---

<sup>8</sup> O Programa de Aceleração do Crescimento, criado em 2007 no primeiro governo de Lula, reflete a retomada de planejamento e execução de grandes obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética, com objetivo de acelerar o crescimento econômico do país. Disponível em: <<http://www.pac.gov.br/sobre-o-pac>>. Acesso em: 14 de julho de 2013.

<sup>9</sup> A carteira de projetos da IIRSA é composta por 514 projetos com um custo total de, aproximadamente, US\$ 86 bilhões (Ministério do Planejamento, 2012).

<sup>10</sup> Disponível em: <[http://observatorio.inesc.org.br/visualizar\\_noticias.php?id=593\\_6](http://observatorio.inesc.org.br/visualizar_noticias.php?id=593_6)> Acesso em: 14 de julho de 2013.



história avança mesmo?”. O autor compara os dois projetos e em ambos critica a falta de transparência e os indícios de corrupção na história de Tucuruí, problemas que parecem se repetir com Belo Monte, trinta anos depois. Lúcio Flávio conclui que o governo federal, responsável por ambas as obras, continua a desconsiderar os efeitos perversos dos grandes projetos de infraestrutura na Amazônia. E destaca:

Não há dúvida: Tucuruí se tornou a maior obra pública de toda a história da Amazônia. Está entre as cinco maiores do país em todos os tempos. Não ficará de fora da relação das mais caras de todo o mundo. Não foi fortuita a coincidência entre essas megainvestidas sobre a maior 'fronteira' de recursos naturais da Terra e um regime autoritário, o mais duro e duradouro na tradição das violações à democracia na república brasileira. Tucuruí só saiu - da forma como saiu - porque foi toda construída sob um regime de exceção, sustentado pelas Forças Armadas brasileiras, em especial o Exército. É preciso ter isso em mente quando estão sendo construídas três novas e grandes hidrelétricas na Amazônia: Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, e Belo Monte, no rio Xingu, Pará. E, se os planos oficiais forem mantidos, São Luiz será a primeira de seis barragens no rio Tapajós. (PINTO, 2012, s/p)

Ou seja, assim como nos anos 70, quatro décadas depois os paradigmas desenvolvimentistas movem decisões de governo que se voltam para a região com programas de intervenção de alto impacto como solução para problemas externos.

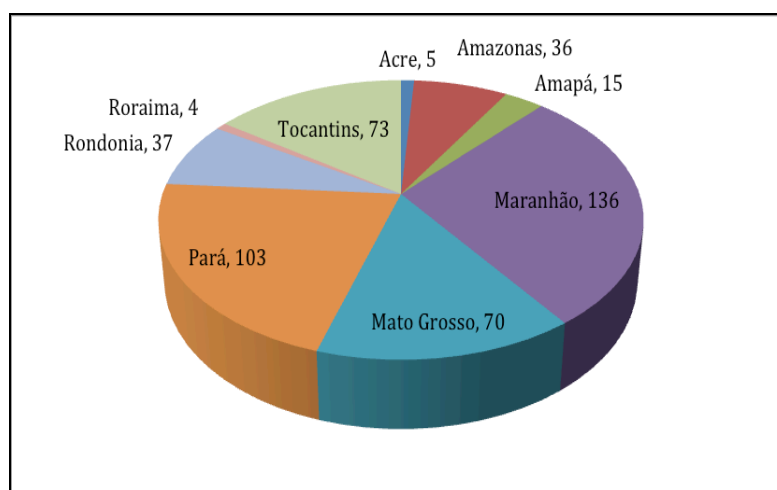
### **Cruzando variáveis: dados preliminares**

Levando em conta a atualidade e as circunstâncias que cercam os projetos energéticos na Amazônia e considerando o papel que o acesso à informação e à comunicação pode significar para as comunidades locais nos processos de tomada de decisão, elegeu-se como variáveis iniciais a serem levantadas e cruzadas, ainda numa perspectiva apenas quantitativa nesta primeira etapa da pesquisa: 1) as rádios comunitárias situadas em municípios amazônicos e 2) as hidrelétricas, construídas, em obras ou previstas e 3) as Terras Indígenas existentes na Amazônia.

O objetivo nesta etapa é justamente mapear rádios comunitárias em áreas de conflito socioambiental na região para então no segundo momento da investigação, então de teor qualitativo a partir do estudo de casos, dimensionar seu potencial como promotoras de uma esfera pública que contribua para decisões sustentáveis ambiental e socialmente. A sua dimensão espacial já é, no entanto, indício de possibilidades potenciais da comunicação comunitária no campo do desenvolvimento local sustentável.

Segundo dados do Ministério das Comunicações (out. 2012), estão em funcionamento 524 rádios comunitárias licenciadas em mais de 62% dos municípios da Amazônia Legal. Isso significa dizer que em 479 dos 773 municípios amazônicos há ao menos uma emissora comunitária licenciada. A parte do Maranhão que integra a região amazônica e o Pará são os estados que possuem mais municípios com emissoras comunitárias autorizadas, seguidos de Mato Grosso, Tocantins, Rondônia, Amazonas, Amapá, Acre e por fim Roraima.

**Tabela1: Municípios por estado da Amazônia Legal com Rádios Comunitárias licenciadas**



Fonte: Ministérios das Comunicações (out., 2012)

No que diz respeito às hidrelétricas na região, de acordo com o balanço de janeiro a abril de 2012 do PAC, 22 novas hidrelétricas estão previstas para a Amazônia, sendo que seis estão em obras,<sup>11</sup> três estão concluídas<sup>12</sup>, uma já está em operação<sup>13</sup> e 12 estão em estágio de ação preparatória<sup>14</sup>. Noventa por cento do total desses projetos de construção de hidrelétricas na região estão localizadas em municípios (27) que possuem ao menos uma emissora comunitária em funcionamento.

<sup>11</sup> (Ferreira Gomes, Santo Antônio Jari, Colíder, Teles Pires, Belo Monte, Jirau),

<sup>12</sup> Estreito, Dardanelos, Rondon II

<sup>13</sup> Santo Antonio

<sup>14</sup> Cachoeira Caldeirão, Cachoeira, Castelhano, Estreito Parnaíba, Marabá, Ribeiro Gonçalves, São Manoel, Sinop, Água limpa, Toricoejo, Jatobá, São Luiz do Tapajós)

Cerca de metade (13) desses municípios com rádios comunitárias e hidrelétricas possuem também demarcação de Terras Indígenas<sup>15</sup>. Como muitas vezes um município abriga mais de uma T.I., no total 44 Terras Indígenas estão localizadas em municípios da Amazônia que estão sendo ou serão afetados por obras do Programa Energético do governo federal que integram o Programam de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse dado é relevante na medida em que, a exemplo do que está para acontecer na Volta Grande do Xingu em Belo Monte<sup>16</sup>, são as populações indígenas e também as populações tradicionais – populações de base extrativa, com uma intensa relação com a natureza – aquelas que mais profundamente são afetadas por grandes intervenções no meio ambiente.

Entretanto, de forma geral, pode-se dizer que há um potencial ainda não conhecido e possivelmente também não vivenciado entre rádios comunitárias sediadas na Amazônia e populações indígenas que habitam áreas mais ou menos próximas dos núcleos urbanos dos municípios, onde normalmente estão instaladas as emissoras. Tal afirmação se baseia no fato de que quase 80% dos municípios amazônicos que têm rádios comunitárias (479) sediam Terras Indígenas demarcados pela União (375). Ao todo são 615 Terras Indígenas (TI) demarcadas no país, 414 estão na Amazônia<sup>17</sup>, abrigando mais de uma centena (173) de povos indígenas conhecidos e uma população estimada em 250 mil pessoas (RICARDO, 2011).

## Conclusão

O levantamento de dados secundários nesta primeira etapa da pesquisa, considerando a quantidade e localização de rádios comunitárias em relação à variáveis com

---

<sup>15</sup> Municípios de possuem rádios comunitárias, hidrelétricas e Terras Indígenas, por Estado: Amapá (um município e duas terras indígenas), Maranhão (um município e sete terras indígenas), Mato Grosso (três municípios e oito terras indígenas), Pará (seis municípios e 23 terras indígenas), Rondônia (dois municípios e quatro terras indígenas).

<sup>16</sup> A hidrelétrica de Belo Monte vai diminuir a vazão do Rio Xingu em até 80%, afetando diretamente comunidades que moram próximas à Volta Grande, entre ribeirinho e populações indígenas de duas Terras Indígenas – Paquiçamba e Arara da Volta Grande. Mas não é só isso, as obras da hidrelétrica abrem caminho para a implantação de um grande projeto de exploração de ouro na Volta Grande Rio Xingu, o trecho que será mais impactado pela obra com a perda de sua vazão. A companhia Belo Sun Mining Corporation, com sede no Canadá, apresenta o empreendimento como o “maior projeto de ouro em desenvolvimento no Brasil”. E mais uma vez as comunidades nativas serão afetadas. A previsão é de um investimento total de pouco mais de US\$ 1 bilhão e de que, em 11 anos de operação, deverão ser produzidas 51,2 toneladas de ouro, uma média de 4,6 toneladas de ouro por ano. O Ministério Público Federal (MPF) em Altamira (PA) já começou a investigar o projeto Belo Sun Mining, que está sendo licenciado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Pará (Sema). (Blog do Altino, 18/09/2012, s/p)

<sup>17</sup> O número de Terras Indígenas (TI) localizadas em municípios com rádios comunitárias na região amazônica é de 375, sendo que destas, 22 estão localizadas no estado do Acre, 144 no Amazonas, 5 no Amapá, 20 no Maranhão, 80 Mato Grosso, 66 no Pará, 20 em Rondônia, sete em Roraima e 11 em Tocantins.

risco potencial de geração de conflitos e enfrentamentos por disputas de acesso e uso dos recursos naturais na Amazônia, ainda que de forma preliminar e sem uma análise mais aprofundada, já é capaz de delinear um cenário bastante rico e promissor para a investigação da dimensão e importância das rádios comunitárias como dispositivos capazes de promover a formação mais plural e democrática de espaços públicos numa região onde são profundas as assimetrias entre os atores do campo do desenvolvimento.

Diante do modelo de desenvolvimento de alto impacto adotado pelo atual governo, que se reflete no cronograma de obras do PAC em andamento na região, as pressões econômicas sobre a região amazônica tendem a aumentar nos próximos anos. A construção de uma cartografia das emissoras comunitárias inseridas no campo midiático da região amazônica em áreas de risco ou efetiva pressão socioambiental por fatores externos, poderá, assim esperamos, contribuir para entender mais e melhor possíveis e potenciais processos de construção da cidadania mediada pela mídia.

### **Bibliografia**

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística; UFRGS, 2002.

BECKER, Berta. **Amazônia: Geopolítica na virada do III Milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

BRASIL. FUNAI (Lista Terras Indígenas no Brasil) Disponível em: <[http://6ccr.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/terras-indigenas/docs\\_documentos/Lista\\_TI\\_Brasil\\_FUNAI.pdf/view](http://6ccr.pgr.mpf.gov.br/documentos-e-publicacoes/terras-indigenas/docs_documentos/Lista_TI_Brasil_FUNAI.pdf/view) > Acesso em: maio de 2013

\_\_\_\_\_. Ministério do Meio Ambiente (Relatórios automáticos parametrizados pelo site). Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/consulta-gerar-relatorio-de-uc>> Último Acesso maio 2013.

\_\_\_\_\_. PAC (Relação das obras de Geração de Energia Elétrica). Disponível em: <http://www.pac.gov.br/energia/geracao-de-energia-eletrica>>. Último acesso em: março de 2013.

\_\_\_\_\_. Ministério das Comunicações. Relação das Rádios Comunitárias com Licença Definitiva/Provisória. Disponível em: [www.mc.gov.br](http://www.mc.gov.br)

CANCLINI, Néstor García. **Culturas Híbridas**. Estratégias para entrar e sair da modernidade. 4.ed. 4. reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

CARVALHO, Guilherme. **Grandes obras de infraestrutura na região amazônica: histórico, tendências e desafios**. Belém: Fase, 2011. mimeo

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**. Comunicação, cultura e hegemonia. Prefácio: Néstor García Canclini. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

- PAIVA, Raquel. Para reinterpretar a comunicação comunitária. In: Raquel Paiva. (Org.) **O retorno da comunidade: os novos caminhos do social**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. Pp.133-148.
- PERUZZO, Cícilia M. K. **Comunicação nos Movimentos Populares: a participação na construção da cidadania**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Conceitos de comunicação popular, alternativa e comunitária revisitados e as reelaborações no setor**. ECO-Pós, v.12, n.2, maio-agosto 2009, p.46-61.
- PINTO, Lúcio Flávio. **De Tucuruí a Belo Monte: a história avança mesmo?**. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum. [online]. 2012, vol.7, n.3, pp. 777-782. ISSN 1981-8122.
- RICARDO, Fany. Terras Indígenas na Amazônia Brasileira. In: **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira : avanços e desafios** / Organizadores Adalberto Veríssimo. et al. Belém : Imazon ; São Paulo : Instituto Socioambiental, 2011.
- ROSTOW, W. **Etapas do desenvolvimento econômico: um manifesto não- comunista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.
- SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável, sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.
- SANTAELLA, Lúcia. A crítica das mídias na entrada do século XXI. In: **Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas**. José Luiz Aida Prado (Org.). São Paulo: Hacker Editores, 2002. Pp.44-57
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- STEINBRENNER, Rosane e HURTIENNE, Thomas. **Mídia Alternativa para um desenvolvimento alternativo na Amazônia**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL 336 —AMAZÔNIA, FRONTEIRAS DO CONHECIMENTOII, 2008. **Anais...** Belém: Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, UFPA, 2008a.
- STEINBRENNER, Rosane Maria Albino. **Rádios Comunitárias na Transamazônica: Desafios da comunicação comunitária em regiões periféricas**. 386 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido). Belém: 2011, UFPA.
- TODOROV, Tzvetan. Tradução Joana Angelica d • Avila Melo Os inimigos íntimos da democracia. SP: Companhia das Letras, 2012
- WOLTON, D. Dominique. As contradições do espaço público mediatizado. Revista Comunicação e Linguagens, n. 21-22, Lisboa: Cosmos, dezembro de 1995.
- VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- VERÍSSIMO, Adalberto; ROLLA, Alícia; VEDOVETO, Mariana; FUTADA, Silvia de M. **Áreas Protegidas na Amazônia brasileira : avanços e desafios**, Belém: Imazon; São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011.
- YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. Trad. Daniel Grassi – 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001. 205 p.

